



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002021-87.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**
 Requerente: **Reginaldo Bertacini**
 Requerido: **Tissiane Sespede da Silva**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Reginaldo Bertacini move ação de obrigação de fazer contra Tissiane Cespede da Silva Bertacini. As partes foram casadas e separaram-se. A relação é extremamente conflituosa e a ré chegou a ameaçá-lo dizendo que o denunciaria injustamente por estupro contra a própria filha, sendo que jamais o autor praticou qualquer fato dessa natureza. Todavia, a ré cumpriu a promessa e, falsamente, com o intuito de obter vantagem econômica indevida, de fato postou em rede social acusação injuriosa contra o autor, afirmando que o autor teria tentado mexer com a própria filha. Sob tais fundamentos, pede antecipação de tutela para que a ré se retrate na rede social em que postou a denúncia injusta.

Citada, a ré ofereceu contestação intempestiva, dizendo que sua postagem na rede social decorreu de não saber como proceder, mas está disposta a retratar-se do ocorrido, desde que o autor não mais se aproxime da filha, pelo menos até as coisas voltarem à normalidade.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

1002021-87.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Prejudicada a decisão de fls. 26/27.

Com efeito, aquela determinação tinha por objeto resolver dúvida do magistrado sobre se a postagem feita na rede social realmente era de autoria da ré, questão que foi solucionada com o teor da contestação apresentada, que, embora intempestiva, indica que de fato a postagem foi sua.

Passo ao julgamento.

A postagem feita pela ré é de fato difamatória e, se a ré suspeita, de boa-fé e com base em elementos razoáveis de convicção, que o autor "tentou mexer" com sua filha ou praticou algum ato eventualmente criminoso, admite-se que provoque as autoridades para que investiguem os fatos. Todavia, descabe o julgamento sumário do autor de modo público, com a postagem, em rede social, de que o autor teria tentado mexer com a filha.

Tal postagem constitui ato ilícito, admitindo-se, no caso em tela, a retratação, pois com ela a própria ré concordou, na contestação ofertada, tratando-se de um meio consensual legítimo para a reparação, compensação ou atenuação dos danos causados.

Por outro lado, a retratação deverá ocorrer independentemente do condicionamento pretendido pela ré, de o autor não mais se aproximar da filha, o que deve ser conversado amigavelmente entre as partes ou, não sendo possível, discutido em ação própria, pois é questão que refoge ao estrito objeto da presente lide.

Ante o exposto, julgo procedente a ação para condenar a ré na obrigação de retratar-se da postagem lançada em 25.02 às 23:53 (fls. 18), devendo efetuar nova postagem, na mesma rede social.

Condeno a ré nas custas e despesas e honorários, arbitrados estes, por



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

equidade, em R\$ 500,00, observada a AJG.

Presentes os requisitos do art. 300 do CPC, antecipo a tutela em sentença para determinar que eventual recurso não terá efeito suspensivo, ante o perigo de dano existente.

O autor, em 05 dias, deverá apresentar a sua proposta relativa ao texto de retratação, para que seja submetido a crivo judicial, tendo entre 30 e 40 palavras (pois o da ré tinha 36), com linguagem objetiva e sóbria, não ser humilhante para a própria ré, indicando apenas o reconhecimento do erro de ter efetuado a postagem anterior.

Após aprovado o texto pelo juiz, a ré será pessoalmente intimada a cumprir a obrigação de fazer no prazo de 15 dias, sob pena de multa diária de R\$ 200,00.

P.I.

São Carlos, 11 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**